

**A DINÂMICA PRODUTIVA DA FUMICULTURA NO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ-
RS**

Primeiro Autor: Renata Rojas Guerra

Titulação acadêmica: Estudante de graduação do curso de Ciências Econômicas da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Endereço: Cel Niederauer 1575, Ap 04 Cep: 97015123 Santa Maria – RS

E-mail: renata.objetivajr@yahoo.com.br

Coautor: Andrea Cristina Dorr

Titulação acadêmica: Prof. Dra. do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM)

Endereço: Rua Cel Anibal Barao, 148 ap 401. Santa Maria – RS

E-mail: andreadoerr@yahoo.com.br

Coautor: Ana Carolina Kohlrausch Klinger

Titulação acadêmica: Estudante de graduação do curso de Zootecnia da Universidade Federal
de Santa Maria (UFSM)

Endereço: Rua Fernando Ferrari 1250 apto 802, Santa Maria – RS

E-mail: aninhaklinger@zootecnista.com.br

Coautor: Ederson Bortoluzi

Titulação acadêmica: Estudante de graduação do curso de Ciências Contábeis da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Endereço: Rua Fernando Ferrari 1250 apto 802, Santa Maria – RS

E-mail: edderon_bortoluzi@hotmail.com

Coautor: Beatriz Nunes Fagundes

Titulação acadêmica: Estudante de graduação do curso de Agronomia da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM)

Endereço: Rua General Neto 180, ap.705, centro - Santa Maria – RS

E-mail: benufa@hotmail.com

Área temática D: Estudos setoriais, cadeias produtivas, sistemas locais de produção

RESUMO

Este trabalho objetivou caracterizar a dinâmica produtiva da cultura de fumo no município de Vera Cruz – RS. A partir dos conceitos da Nova Economia Institucional foi identificado o papel dos fumicultores dentro do mercado, bem como sua relação com as empresas beneficiadoras de tabaco. Para tanto, utilizou-se de uma análise de abordagem quantitativa, cujos dados foram obtidos através da aplicação de 21 formulários semi-estruturados compostos por perguntas fechadas e abertas. Assim, foi possível constatar que a produção fumageira da região ocorre por meio de uma produção familiar, intensiva em mão de obra e estruturada em minifúndios, enquanto que, em contrapartida, as empresas beneficiadoras de tabaco constituem uma estrutura de mercado oligopolizada. Já as relações contratuais ocorrem por meio do processo de integração entre fumicultor e agroindústria. Cenário que além de deixar o fumicultor mais vulnerável aos choques de mercado, o torna altamente dependente do capital agroindustrial.

Palavras-chave: Cadeia produtiva, fumo, nova economia institucional

ABSTRACT

This paper aims to characterize the productive dynamic of tobacco culture in Vera Cruz – RS. Using the concepts of New Institutional Economics has been identified the role of growers in the marketplace, as well as its relationship with the tobacco manufacturing companies. For this purpose, we used an analysis of a quantitative approach; the data were obtained through the application of 21 semi-structured forms consisting of closed and open questions. Thus, it was found that tobacco production in the region occurs through a household production, labor-intensive and structured small farms, while in contrast, the tobacco manufacturing companies constitute an oligopolistic market structure. Having contractual relations occur through the process of integration between tobacco farmer and agribusiness. This scenario makes the tobacco farmer more vulnerable to market shocks and makes it highly dependent on the agro-industrial capital.

Key-words: Supply chains, tobacco, new institucional economics

1. INTRODUÇÃO

A cultura de fumo e derivados desempenha um papel de extrema relevância na balança comercial brasileira. Além de o país ser o maior exportador do produto desde 1993, o setor é o quinto que mais contribuiu para o crescimento do total de exportações agroindustriais brasileiras entre 2004 e 2010, MAPA (2011). Ademais, com uma produção de 867.210 toneladas na safra 2010/2011, o Brasil consolida-se como o segundo maior produtor mundial de fumo, ficando atrás apenas da China.

Ainda segundo MAPA (2011), projeta-se que a quantidade produzida no Brasil aumente mais de 100 mil toneladas nos próximos 10 anos. Entretanto, a despeito da magnitude da cadeia produtiva de fumo brasileira, bem como do alto nível de desenvolvimento no âmbito de logística de compra e de transporte do produto, a fumicultura brasileira é basicamente formada pela agricultura familiar. Sendo uma produção pulverizada, estima-se que haja cerca de 223 mil famílias envolvidas diretamente na cultura de fumo no Brasil.

Conforme AFUBRA (2012), apenas nos três estados da região sul do país há 720 municípios que têm na fumicultura a base de suas relações econômicas e sociais. Esta realidade conjuntural se deve ao fato de que, em média, 68% da renda dos habitantes destas localidades dependem exclusivamente da produção de fumo. Este é o caso da região do Vale do Rio Pardo - RS, a qual está historicamente vinculada à produção de fumo, sendo as demais culturas direcionadas exclusivamente para a subsistência, com eventuais vendas de excedentes (Karnopp, 2003).

Porém, devido a crescentes preocupações acerca dos malefícios causados à saúde dos fumantes, os governos de vários países têm investido em ações antitabagismo, o que impacta negativamente a produção fumageira (Boeira, 2006). Neste sentido, organizações como a AFUBRA têm realizado campanhas no intuito de orientar os produtores a diversificar sua produção. Entretanto, por ser esta uma das poucas cadeias produtivas compatíveis com a estrutura de minifúndios e, devido ao seu caráter intensivo em mão de obra, muitos produtores podem encontrar dificuldades em migrar para outras culturas que exigem maiores recursos (Schoenhals *et. al*, 2009).

É neste contexto que se insere o presente estudo, o qual, tendo em vista a importância da produção fumageira para as famílias do município de Vera Cruz – RS, localizado no Vale do Rio Pardo – RS, tem por objetivo caracterizar a dinâmica produtiva da cultura de fumo na região. Mais especificamente, pretende-se identificar o papel dos fumicultores dentro do mercado em que estão inseridos, bem como sua relação com as empresas beneficiadoras de tabaco. Além disso, a determinação da viabilidade econômica e custo de oportunidade inerentes à atividade também se insere no escopo do presente estudo.

Para tanto, leva-se em consideração a hipótese de que a comercialização do fumo produzido no município ocorre na forma de integração. Trabalhos como os de Cavalcante e Pinto (2004), Boeira (2006) e Hartwig (2009) afirmam que a fumicultura brasileira funciona como um “sistema integrado” composto basicamente por empresas transnacionais que operam com a produção, processamento, beneficiamento e comercialização do fumo em folha e de

seus produtos derivados. Resta, entretanto, atestar se este cenário se sustenta para o município de Vera Cruz – RS.

Caso tal hipótese seja corroborada, implicará numa situação em que as indústrias fumageiras disponibilizam crédito, assistência técnica e garantia de compra aos produtores. Entretanto, conforme Silva (2011), neste tipo de sistema produtivo os agricultores, apesar de permanecerem proprietários dos seus meios de produção, encontram-se numa situação de dependência e subordinação ao capital agroindustrial.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Há uma gama considerável de referências à estrutura fumageira no contexto da produção científica brasileira. Estas, afirmam que o crescente interesse pelo comportamento dos atores que compõem a cadeia produtiva de tabaco é justificado tanto pela magnitude da produção dentro do agronegócio brasileiro, quanto pelo seu papel fundamental na formação de renda das regiões produtoras.

Neste contexto, destacam-se os trabalhos que tem por objeto a produção de fumo localizada na região de Santa Cruz do Sul - RS, a qual é considerada por diversos autores como “o espaço geográfico onde a economia do fumo concentrou seu crescimento” (Lima, 2007 p.196), consolidando o estado do Rio Grande do Sul como o maior produtor do país desde os anos 70.

Dentro desta temática um dos estudos mais referenciados é o realizado por Vogt (1997), em que o autor busca resgatar as características fundamentais da produção fumageira do município de Santa Cruz do Sul e região no período de 1849 a 1993. Assim, entre as principais contribuições do trabalho está a descrição da cadeia produtiva fumageira como parte de um processo denominado sistema integrado de produção de fumo (SIPF), sistema este que resulta na “perda de autonomia no processo de trabalho dos produtores familiares (...), fazendo com que as relações de mercado se dessem e continuem a dar-se desde o início do cultivo do tabaco e não mais apenas no momento da venda final” (Vogt, 1997, p. 108-109).

No que diz respeito ao perfil dos produtores da região, Vogt (1997) afirma que estes são fortemente influenciados pela tradição de produção familiar em pequenas propriedades, a qual, alinhada aos menores custos monetários decorrentes da cultura, foi um fator de grande relevância na especialização da produção de tabaco pela região.

Por conseguinte, o estudo de Cavalcante e Pinto (2004), apesar de focar a relação entre o tabaco e a pobreza no Brasil, também salienta a realidade das famílias que dependem exclusivamente da produção fumageira, as quais são classificadas pelos autores como o elo mais vulnerável da cadeia produtiva. Estes, afirmam que a preocupação com os prejuízos à

saúde acarretados pelo hábito de fumar, bem como a queda no consumo decorrente deste fato, pode acarretar elevados prejuízos aos fumicultores, prejuízos estes que não afetarão na mesma magnitude o capital agroindustrial.

Quanto à composição da estrutura produtiva de tabaco, os autores, assim como Vogt (1997), fazem referência ao SIPF e enfatizam o papel do complexo agroindustrial no desenvolvimento da infraestrutura física e institucional incidente nas localidades que se dedicam à produção. Este complexo é composto basicamente por empresas transnacionais que operam com a produção, processamento, beneficiamento e comercialização do fumo em folha e de seus derivados (Deser, 2003, *apud* Cavalcante e Pinto, 2004).

Outro trabalho que enfatiza as complexas relações entre indústria de tabaco e os diversos atores sociais que a contrapõem foi o elaborado por Boeira (2006). Os resultados sugerem que há um crescimento simultâneo e contraditório das redes, as quais são compostas pela produção industrial, o consumo de tabaco e o antitabagismo, com larga vantagem para a rede estratégica das empresas de tabaco, e um conjunto de dilemas que envolve estes grupos sociais antagônicos.

Além disso, o autor também enfatiza que o “grande risco do setor fumageiro, anunciado especialmente na Região Sul por empresários e políticos conservadores, é a possível redução do mercado comprador de folhas de fumo norte-americano e europeu – o que torna a busca de alternativas à fumicultura um desafio interinstitucional e interorganizacional” (Boeira, 2006, p. 39).

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico em que se fundamenta o presente estudo é composto pela chamada Nova Economia Institucional (NEI). Esta teoria, cujo artigo seminal foi elaborado por Ronald Coase (1937), surge como uma alternativa para suprir a lacuna deixada pela teoria neoclássica convencional no que se refere à consideração das instituições para o desenvolvimento do processo econômico. O argumento central do trabalho de Coase (1937) parte da percepção de que existem custos advindos das transações entre os agentes econômicos e de que estes não podem ser desconsiderados.

Assim, no intuito de dinamizar a análise das organizações, a NEI pode ser subdividida em duas correntes complementares. A primeira, desenvolvida por Douglas North (1990), enfatiza o estudo dos parâmetros macro-institucionais em que são desenvolvidas as transações. A segunda, também denominada Economia dos Custos de Transação (ECT), descreve o ambiente microanalítico das estruturas de governança, onde destaca-se o trabalho de Oliver Williamson (1979).

A ECT admite que são as características das transações que irão condicionar a forma de governança capaz de reduzir ao máximo os custos de transação. Para tanto, Williamson (1979) destaca os pressupostos de racionalidade limitada e comportamento oportunístico dos agentes como fundamentais para a compreensão desta teoria. Isto se deve ao fato de que a racionalidade possibilitaria a previsão de todas as atitudes alternativas nas transações que, associada à perfeita honestidade, impediria quebras contratuais e reduziria a zero os custos de transação (Ribeiro, 1998). Assim, apesar de não serem ligados diretamente à produção, os custos de transação podem surgir à medida que os agentes se relacionam entre si e problemas de coordenação de suas ações emergem (Farina et. al., 1997).

Diante disto, dado um determinado ambiente institucional, as estruturas de governança serão definidas pelo grau de intensidade dos diferentes atributos das transações, cujas principais características, segundo Williamson (1985), são basicamente três: especificidade dos ativos, incerteza e frequência das transações.

Por ativo específico caracterizam-se “aqueles que não são reempregáveis, a não ser com perdas de valor” (Farina et. al., 1997, p. 84). Desta forma, à medida que aumenta especificidade de um ativo ou investimento, aumentarão os riscos envolvidos na transação (Simioni et. al. 2009).

No que diz respeito à incerteza, Farina et. al. (1997) distingue três tratamentos diferentes a este conceito. O primeiro, denominado risco, refere-se à variância de uma dada distribuição de probabilidade, o segundo trata do desconhecimento de eventos futuros e o terceiro das incertezas quanto ao aspecto informacional de um contrato, ou seja, provém do fenômeno de assimetria de informações. Richetti e Santos (2000, p. 36) afirma que “se as incertezas são grandes, os custos de transação são elevados”.

Quanto ao atributo de frequência na ocorrência de uma transação, este relaciona-se com a repetição e a intensidade com que a transação é realizada (Franco et. al., 2011), sendo inversamente proporcional tanto aos custos de monitoramento, quanto às atitudes oportunistas que implicam na interrupção dos contratos. Assim, se a transação tende a ser contínua, a ação oportunista será desestimulada sob pena de rompimento da relação (Farina et al., 1997), permitindo a criação de contratos estáveis de relacionamento entre as partes.

Desta forma, conforme afirma Williamson (1985), é baseado nos pressupostos comportamentais e nas dimensões dos atributos das transações, que se determina a forma organizacional necessária para garantir sua eficiência. Nestes termos, o autor define três estruturas de governança: o mercado, a hierarquia e a forma híbrida.

No caso da forma de organização via mercado, a estrutura se dá basicamente por meio

do sistema de preços, a qual é a mais eficiente quando os ativos específicos não estão presentes. Nesta situação, as partes são autônomas e realizam transações sem haver desejo de estabelecerem laços contratuais de longo prazo.

Já a hierarquia, também conhecida como integração vertical, ocorre quando uma organização realiza o controle gerencial de estágios sucessivos de produção, tecnologicamente separáveis entre si (Williamson, 1985). Nesta estrutura, as operações de produção são realizadas por uma única firma, havendo um alto poder adaptabilidade e controle de distúrbios e/ou mudanças, a despeito do incremento nos custos burocráticos envolvidos nos processos.

Hiratuka (1997) afirma que a internalização das atividades dentro da firma torna-se vantajosa pois, à medida que as transações envolvem ativos específicos, a coordenação pelo mercado perde eficiência e surge a necessidade de um mecanismo que permita um processo de negociação mais efetivo.

No que diz respeito à estrutura híbrida, esta apresenta elementos intermediários entre o mercado e a hierarquia, envolvendo arranjos de propriedade parcial de ativos. Assim, na forma de organização do tipo híbrida ocorre uma dependência bilateral entre as partes a qual, segundo Pondé (1993), sustenta-se na possibilidade de atenuar algumas desvantagens da integração vertical, bem como os efeitos da incerteza comportamental.

3.1 A COORDENAÇÃO AGROINDUSTRIAL E A ECT

É na Economia de Custos de Transação e, conseqüentemente, na ideia de que são as dimensões dos atributos das transações que determinarão a estrutura de governança, que diversos autores fundamentam suas análises relativas à atividade agropecuária. Partem da percepção de que as relações agroindustriais compreendem não apenas os agentes envolvidos na etapa de produção, mas os segmentos antes, dentro e depois da porteira da fazenda (Goldberg, 1968).

Tendo sido definido por Goldberg (1968) como Sistema Agroindustrial (SAG), tal enfoque propõe uma visão sistêmica do funcionamento das atividades agroindustriais, tomando por base as relações estabelecidas pelos agentes ao longo da cadeia produtiva.

No Brasil, foi o Zylbersztajn (1995) que introduziu o conceito de SAG na discussão acerca da coordenação agroindustrial. O autor afirma que, considerando aspectos macro-institucionais e estudos de formas híbridas, a visão sistêmica possui a vantagem de explicitar as relações de conflito e cooperação entre os atores deste mercado.

Foi a partir desta abordagem que se percebeu um processo em que a agricultura brasileira constitui um elo de uma cadeia de produção onde se formam Complexos Agroindustriais (CAIs), (Rohenkohl, 2007). Tais complexos se estabelecem através de uma

integração entre a agroindústria e a agricultura brasileira, onde as relações entre os vários estágios de produção e comercialização dos alimentos podem ocorrer de diversas maneiras (Farina e Zylbersztajn, 1991).

Ainda segundo estes autores, estas ligações podem assumir tanto forma de integração vertical completa, quanto a de contratos e relações comerciais mais frouxas, o que, no limite, levaria a relações impessoais de mercado via sistema de preços. Rohenkohl (2007) afirma que entre os ramos onde ocorreu uma formidável integração entre produção e distribuição, as agroindústrias processadoras de fumo e de grãos foram as pioneiras.

4. MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo trata-se de uma análise descritiva, correlacional, de corte transversal e abordagem quantitativa desenvolvido com a população residente nos distritos de Linha Capão e Vila Progresso do município Vera Cruz – RS, situado no Vale do Rio Pardo, região central do Estado do Rio Grande do Sul. Esta localidade, conforme dados da AFUBRA (2012), possui uma população de 2.498 produtores rurais. Desse conjunto, foi selecionada uma amostra aleatória cujo tamanho é definido através da seguinte fórmula, Schneider (2004):

$$n = \frac{(t_{\delta, \frac{\alpha}{2}})^2 \times s^2 \times N}{e_0^2 (N - 1) + (t_{\delta, \frac{\alpha}{2}})^2 \times s^2} \quad (1)$$

Onde:

n = tamanho mínimo da amostra calculada;

$t_{\delta, \frac{\alpha}{2}}$, = valor de t_{tab} admitindo $\alpha = 5\%$;

s^2 = variância obtida através da amostra piloto;

N = tamanho da população;

e_0^2 = quadrado do erro amostral, obtido com os dados da amostra piloto

A partir da equação (1), chegou-se a uma amostra mínima de 22 produtores, a partir da qual foi conduzida a presente análise. Os dados primários foram obtidos por meio da aplicação de um formulário semiestruturado composto por perguntas fechadas e abertas. Neste, foram abordadas questões relativas ao perfil sócio-econômico e hábitos de vida dos proprietários rurais em questão. Além disso, também foram levantadas informações acerca dos registros contábeis, gerenciais e de infra-estrutura dos empreendimentos da região. A coleta dos dados ocorreu entre os meses de julho e agosto de 2011.

Após a coleta, os dados foram tabulados no programa *Software Statistical Package for*

Social Science (SPSS), para análise estatística descritiva e inferencial, onde são computados os resultados das estatísticas sumárias, bem como das distribuições de frequência individual para variáveis de interesse. Tais análises fornecem informações relevantes acerca do comportamento dos dados, permitindo a perceber as dimensões de suas variações.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Nesta sessão são apresentadas informações que permitem analisar o ambiente estrutural vivenciado pelos fumicultores do município de Vera Cruz – RS, bem como a relação dos mesmos com as empresas beneficiadoras de tabaco.

Na Tabela 1 estão contidas as distribuições de frequência segundo as características da produção, as quais evidenciam uma situação em que 61,90% dos fumicultores afirmaram serem proprietários de toda a terra cultivada, enquanto que, quando abordados a respeito do tempo em que estão inseridos na atividade, nenhum dos produtores disse cultivar o tabaco por menos de 21 anos. Destes, apenas 23,81% fazem uso de terras com área total superior a 20 hectares, sendo que, dentre as propriedades que compõem a amostra, a de maior extensão é formada por somente 45 hectares. No que diz respeito à mecanização da produção, menos de 43% dos fumicultores declarou possuir pelo menos um trator com menos de 10 anos.

Considerando tais informações, torna-se possível constatar que a produção fumageira da região ocorre por meio de uma produção familiar, intensiva em mão de obra e estruturada na forma de minifúndios. Fato que converge com as observações realizadas no trabalho de Vogt (1997), o qual destacou não apenas as características acima descritas, mas também a forte influência da tradição por parte das famílias fumicultoras.

Tabela 1: Distribuição de frequência de acordo com as variáveis de infra-estrutura

Variáveis	Frequencia	
	Absoluta (n=21)	Relativa (%)
Tempo de fumiicultura (em anos)		
21 a 30	6	28,57%
31 a 40	2	9,52%
41 a 50	3	14,29%
51 ou mais	9	42,86%
Não respondeu	1	4,76%
Area da propriedade (ha)		
Até 2	3	14,29%

De 3 a 6	2	9,52%
De 7 a 10	3	14,29%
De 11 a 15	3	14,29%
De 16 a 20	5	23,81%
mais de 20	5	23,81%

Relação de posse da terra

Própria	13	61,90%
Arrendada	3	14,29%
Arrendada e Parceiro	1	4,76%
Própria e Arrendada	2	9,52%
Própria e Parceiro	1	4,76%
Não respondeu	1	4,76%

Possui trator

Não	6	28,57%
1 novo*	6	28,57%
1 antigo**	4	19,05%
1 novo e 1 antigo	3	14,29%
2 antigos	2	9,52%

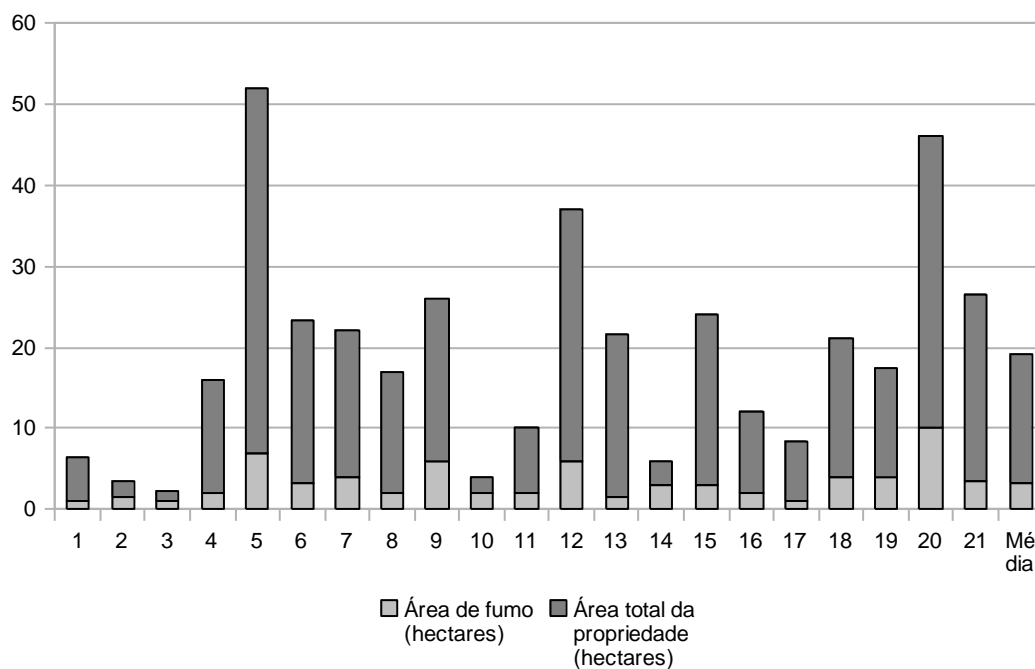
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados primários da pesquisa

* Considerou-se como novo aquele trator que possui 10 anos ou menos

** Considerou-se como novo aquele trator que possui mais de 10

Nas Figuras 1 e 2 também colaboram para a compreensão da relação entre os minifundiários de Vera Cruz – RS e o cultivo do fumo como sua principal fonte de renda. Na primeira, é evidenciada a relação entre a área total da propriedade e a área dedicada exclusivamente à cultura. Já a segunda, enfatiza a proporção da renda oriunda da fumicultura na composição no total de rendimentos das famílias residentes na região.

Figura 1: Relação entre a área total da propriedade e a área dedicada exclusivamente à



fumicultura*

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados primários da pesquisa

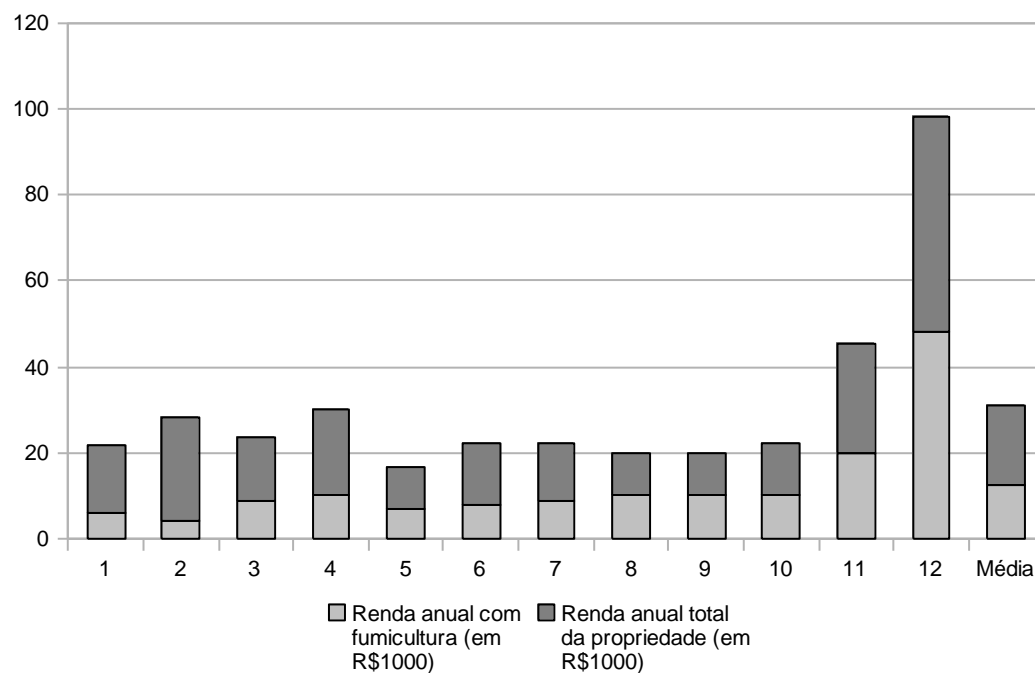


Figura 2: Relação entre a renda total dos entrevistados e a renda oriunda exclusivamente da fumicultura*

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados primários da pesquisa

*Foram consideradas apenas doze observações pois os demais entrevistados não souberam responder à questão.

Como é possível observar, há uma forte correlação entre a produção fumageira e a situação econômico-financeira dos produtores rurais do município em análise. É interessante destacar que, despeito do fato, em média, os produtores não dedicarem um percentual elevado de sua área total na produção fumageira, a cultura de fumo representa uma parte significativa da renda de sua renda.

Tabela 2: Distribuição de frequência de acordo com as variáveis de custo de oportunidade

Variáveis	Frequencia	
	Absoluta (n=21)	Relativa (%)
Deixaria de produzir fumo		
Sim. Devido ao baixo preço pago pelas indústrias e desvalorização do produto.	8	38,10%
Sim. Devido a idade avançada.	1	4,76%
Sim. Exige muito tempo de dedicação.	1	4,76%
Sim. Afeta negativamente a saúde.	2	9,52%
Sim. Mas por conta da rentabilidade por área não é possível.	9	42,86%
Por qual cultura substituiria		
Horticultura	2	9,52%
Milho, soja ou arroz	6	28,57%
Suínos ou gado.	3	14,29%
Arrendaria ou venderia	2	9,52%
Não sabe	8	38,10%
O assunto já foi abordado		
Não	12	57,14%
Sim, em palestras da AFUBRA, EMATER e/ou Sindicato	5	23,81%
Sim, pelo técnico da empresa	4	19,05%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados primários da pesquisa

Ao se tratar do custo de oportunidade envolvido na cadeia produtiva em questão, os dados da pesquisa revelam que todos os produtores já cogitaram a hipótese de abandonar o cultivo de fumo, embora 42,86% destes admitem a necessidade de permanecer neste ramo

devido à sua alta rentabilidade (Tabela 2). Neste sentido, o trabalho de Schoenhals *et. al.* (2009), ao mencionar que “os pequenos agricultores optaram pela cultura do tabaco em função da lucratividade obtida, a qual não seria alcançada com outras culturas em função da pequena área dos produtores” apontou uma realidade semelhante para os fumicultores residentes no município de Verê-Pr.

Por outro lado, 38,10% dos entrevistados admitem que, em virtude de menores preços oferecidos aos produtores, a atividade diminuiu muito sua lucratividade nos últimos anos. Havendo ainda uma parcela de produtores que justifica essa afirmação pelo fato de a atividade afetar de negativamente a saúde dos envolvidos (9,52%). Neste sentido, Cavalcante e Pinto (2004) também verificam uma crescente consciência por parte dos fumicultores sobre os riscos à saúde inerentes à atividade.

Uma vez que a totalidade dos produtores considera a hipótese de abandonar o cultivo de tabaco, entra em pauta a discussão acerca de qual cultura seria escolhida em sua substituição. 28,57% dos produtores teriam como alternativa o plantio de milho, soja ou arroz. Aproximadamente 14,29% deixaria a agricultura em favor da pecuária bovina ou suína. Além disso, entre as atividades menos citadas pelos entrevistados, tem-se a horticultura (9,52%) e o arrendamento ou a venda das terras (9,52%). No entanto, é interessante ressaltar que 38% dos agricultores não saberiam o que fazer se deixassem de ter no fumo a sua principal fonte de renda.

Ao considerar esta realidade, para que o processo de diversificação de culturas ocorresse de forma eficiente, seria necessária a orientação de instituições que facilitassem o processo de transição. Entretanto, quando questionados a respeito do assunto, mais da metade dos produtores (57,14%) afirmou que este nunca foi abordado.

Esta situação se torna ainda mais complexa à medida que o produtor, habituado a comercializar seu produto diretamente com as agroindústrias fumageiras, cria resistência ao desligamento da cadeia do fumo. Entretanto, conforme AFUBRA (2012), as regiões em que o tabaco é a base da economia já buscam alternativas para a diversificação e nestas 35% da renda dos produtores do setor já vêm de culturas como milho e feijão.

Tabela 3: Distribuição de frequência de acordo com as variáveis referentes à relação empresa/produtor

Variáveis	Frequencia	
	Absoluta (n=21)	Relativa (%)

Empresa		
Souza Cruz	7	33,33%
Alliance One	9	42,86%
Philip Morris	3	14,29%
Outras	2	9,52%
Por que escolheu		
Tradição	9	42,86%
Oferece melhores condições	9	42,86%
Outros	3	14,29%
Número de conversas até fechar o contrato		
1 conversa	12	57,14%
2 conversas	6	28,57%
mais de 2 conversas	2	9,52%
Não respondeu	1	4,76%
Quem define o preço		
Empresa	19	90,48%
AFUBRA	1	4,76%
Consenso entre empresa e produtor	1	4,76%
Quem presta assistência		
Orientador da empresa	21	100,00%
Frequencia de assistência		
Até 2 vezes por ano	2	9,52%
3 a 5 vezes por ano	4	19,05%
6 a 10 vezes por ano	3	14,29%
mais de 11 vezes por ano	12	57,14%
Quem seleciona os insumos		
Empresa	20	95,24%
Consenso entre empresa e produtor	1	4,76%
Quem define o montante de insumos		
Produtor	4	19,05%
Empresa	10	47,62%
Empresa e o produtor não tem conhecimento da quantidade	7	33,33%

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados primários da pesquisa

Na Tabela 3 são apresentadas as distribuições segundo a relação empresa/produtor, das quais cabe destacar que todos os entrevistados disseram negociar sua produção diretamente com as beneficiadoras de tabaco. Dentre estas, destaca-se a empresa Alliance One, responsável por 42,86% do mercado, seguida pela Souza Cruz (33,33%).

No que diz respeito aos critérios utilizados no processo de contratação da empresa, há de se destacar a influência do elemento de tradição. Este, assim como as favoráveis condições de negociação, foi um fator determinante na decisão de 42,86% dos fumicultores. Além disso, na informação de que para 85,71% dos produtores do município foram necessárias no máximo duas conversas para o fechamento do contrato, encontra-se outra forte evidência da importância do elemento tradição nas decisões dos produtores em análise.

Ao se tratar dos elementos que regem tal relação contratual, verifica-se uma situação em que em 90,48% dos casos são as beneficiadoras de tabaco que definem o preço do produto, prestam assistência ao produtor (100% dos casos) e participam ativamente do processo de seleção dos insumos (95,24% de forma integral e 4,76% em consenso com o produtor). Além disso, também são estas empresas que definem a quantidade de insumos a ser empregadas na propriedade, onde em 33,33% dos casos o produtor sequer preocupa-se em saber o montante utilizado.

Ao considerar estas informações, fica evidente o papel da fumicultura da região dentro do contexto do SAGs, já que esta constitui um elo de uma cadeia de produção estabelecida a partir da interação entre as agroindústrias processadoras de tabaco e os produtores de fumo. Esta estrutura coincide com o chamado Sistema Integrado de Produção de Fumo (SIPF), o qual é amplamente explorado na literatura relacionada.

Assim, através da ótica da ECT, pode-se classificar a estrutura de governança incidente no mercado fumageiro Vera-cruzense como um ambiente em que, dadas as dimensões dos atributos das transações, há um elevado grau de integração entre os atores. Esta situação se estabelece à medida que os fumicultores da região criam relações estáveis com a agroindústria. Tais relações permitem uma redução dos custos de monitoramento inerentes à produção, bem como dos riscos de incertezas entre os agentes, já que a atitude oportunista por parte de um dos atores implicaria na interrupção dos contratos. Este tipo de estrutura torna-se adequada uma vez que haja uma forte preocupação com os riscos provenientes das incertezas, bem como uma alta frequência das transações entre os agentes no mercado, características que já apontadas na presente pesquisa.

Outro fator a ser evidenciado é a situação de dependência em que se encontra o

fumicultor em relação ao capital agroindustrial. Como é a beneficiadora de tabaco que determina tanto os preços pagos pelo produto, quanto dos insumos necessários à produção, o fumicultor acaba obtendo um menor retorno proveniente da cultura. Este cenário é ainda agravado pelo fato de que empresas que atuam na região constituem uma estrutura de mercado oligopolística, onde apenas duas empresas são responsáveis pela compra de 76,19% do fumo produzido, limitando a autonomia dos produtores no que diz respeito tanto às técnicas produtivas utilizadas, quanto à destinação final do produto.

5. CONCLUSÃO

Devido ao arcabouço histórico relacionado à região do Vale do Rio Pardo – RS, a maioria dos municípios da localidade acabou especializando-se na produção fumageira. Este é o caso do município de Vera Cruz, o qual tem na fumiicultura a base de suas relações econômicas e sociais. Neste contexto, a partir da presente análise, foi possível reunir informações acerca do posicionamento do fumicultor do município em face à cadeia produtiva de tabaco e, desta forma, contribuir para o melhoramento das condições dos mesmos. Assim, a partir dos dados da pesquisa foi possível constatar que o fumicultor veracruzense posiciona-se como um elo do chamado SIPF, onde os mesmos estabeleceram relações estáveis com a agroindústria, estando envolvidos na cultura de fumo há várias gerações.

Neste sentido, corrobora-se a hipótese de que as relações contratuais desta cadeia ocorrem por meio da integração entre os agentes. Entretanto, cabe destacar que a produção ocorre de forma pulverizada, baseada na agricultura familiar, intensiva em mão de obra e estruturada em minifúndios, enquanto que, em contrapartida, as empresas beneficiadoras de tabaco constituem uma estrutura de mercado oligopolizada, onde apenas duas empresas são responsáveis pela compra de 76,19% do fumo produzido na localidade.

Este cenário torna o fumicultor elo mais vulnerável aos choques de mercado, tanto no âmbito de oscilações nos preços do produto, quanto com relação a possíveis alterações na curva de demanda em virtude das campanhas antitabagistas que vem ganhando força no mercado. Entretanto, também se constatou que, devido à estrutura minifundiária de que dispõem o custo de oportunidade inerente à substituição do fumo, ou até mesmo à diversificação de culturas é muito elevado. Assim, apesar de todos os produtores entrevistados já terem cogitado a hipótese de abandonar o cultivo de fumo, a atividade ainda constitui sua principal fonte de renda. Por conseguinte, tal realidade coloca o fumicultor em uma posição de total dependência do capital agroindustrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFUBRA. **Associação dos Fumicultores do Brasil**. Site institucional. Disponível em <<http://www.afubra.com.br>>. Acesso: em 25 jan 2012.

BOEIRA, S. L. **Indústria de tabaco e cidadania: confronto entre redes organizacionais**. Rev. adm. Empres., vol.46 no.3 São Paulo July/Sept. 2006

CAVALCANTE, T. M.; PINTO, M. **Considerações sobre Tabaco e Pobreza no Brasil: Consumo e Produção de Tabaco, in BRASIL**. Ministério da Saúde. Organização Panamericana de Saúde, Tabaco e pobreza, um círculo vicioso- a Convenção Quadro de Controle do Tabaco: uma resposta, Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

COASE, R. H. **The nature of the firm**. *Economica*, v. 4, p. 386-405, 1937.

FARINA, E. M. M. Q.; AZEVEDO, P. F. de; SAES, M. S. M. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. São Paulo: Singular, 1997.

FARINA, E. M. M. Q.; ZYLBERSZTAJN, D. **Relações tecnológicas e organizações dos mercados do sistema agroindustrial de alimentos**. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, vol. 8., n.1/3, p. 9-27, 1991

FRANCO, C. et. al. **Análise dos contratos na avicultura de corte em Mato Grosso sob a ótica da Nova Economia Institucional (NEI)**. *Revista de Economia e Agronegócio*, vol.9, nº 2. Viçosa – MG, 2011

GOLDBERG, R. A.; **Agribusiness coordination: a system approach to the wheat, soybean and Florida orange**. Boston: Harvard University Press, 1968. 256p.

HIRATUKA, C. Estruturas de coordenação e relações **interfirmas: uma interpretação a partir da Teoria dos Custos de Transação e da Teoria Neo-Schumpeteriana**. *Economia da Empresa*, São Paulo, v.4, n.1, p. 17-32, 1997.

KARNOPP, E. **Desafios e perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável: o caso da região do vale do rio pardo (Brasil)**. *ACTAS*, L.de V., 2003.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **BRASIL PROJEÇÕES DO AGRONEGÓCIO 2010/2011 a 2020/2021**, 2011. Disponível em < www.agricultura.gov.br >. Acesso em: 25 jan 2012.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Intercâmbio Comercial do Agronegócio: Principais Mercados de destino**, 2011. Disponível em < www.agricultura.gov.br >. Acesso em: 25 jan 2012.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: University Press, 1990. p.3-59.

PONDÉ, J. L. **Coordenação e aprendizado: elementos para uma teoria das inovações institucionais as firmas e nos mercados**. Campinas: UNICAMP, 1993. Dissertação (Mestrado em Economia – UNICAMP).

RIBEIRO, B. de A.M. **Coordenação vertical do transporte de madeira: análise empírica dos arranjos institucionais existentes na indústria brasileira de celulose**. Piracicaba: ESALQ, 1998. (Dissertação - Mestrado em economia aplicada).

RICHETTI, A.; SANTOS, A. C. **O sistema integrado de produção de frango de corte em Minas Gerais: uma análise sob a ótica da ECT**. Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v.2, n.2, 2000

ROHENKOHL, J. E. **A integração produtiva entre agropecuária e agroindústria: uma discussão introdutória em torno da suínocultura**. Revista Economia e Desenvolvimento, Santa Maria, n. 19, 2007

SCHNEIDER, L. **Estimativa dos Gastos dos Alunos da UFSM (2002): Aplicação da Amostragem Estratificada Proporcional**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Estatística e Modelagem Quantitativa do Departamento de Estatística da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: 2004.

SCHOENHALS, M. *et. al.*, **Análise dos impactos da fumicultura sobre o meio ambiente, à saúde dos fumicultores e iniciáticas de gestão ambiental na indústria do tabaco.** Engenharia Ambiental - Espírito Santo do Pinhal, v. 6, n. 2, p. 016-037, mai /ago 2009

SILVA, M. A. S. **Segurança alimentar no meio rural:a experiência de formação de jovens rurais no Vale Rio Pardo, RS.** CCNExt, Santa Maria, v. 2, n. 1, jan–jun. 2011

SIMIONI, F. J.; HOEFLICH, V. A.; SIQUEIRA, E. S., **Análise das transações na cadeia produtiva de energia de biomassa de origem florestal.** Organizações Rurais & Agroindustriais, Lavras, v.11, n.2, 2009

WILLIAMSON, O. **Transaction-cost economics: the governance of contractual relations.** Journal of Law and Economics, Chicago, v. 22, n. 2, p. 233-261, Oct. 1979.1

WILLIAMSON, O. **The economic institutions of capitalism: firms markets, relational contracting.** New York: Free Press, 1985.

ZYLBERSZTAJN, D. **Estrutura de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da Nova Economia das Instituições.** 1995. Tese (Livre-Docência), Faculdade de Economia e Administração. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995.